

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.500, DE 2010

Dá nova redação ao inciso II do art. 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e acrescenta parágrafo único ao art. 4º da lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, para dar competência aos Conselhos Federais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e ao de Educação Física para criar normas de referências relativas à proporcionalidade entre alunos e profissionais nos estabelecimentos que demandam as atividades por esses fiscalizadas.

Autor: Deputado Jorge Tadeu Mudalen

Relatora: Deputada Jô Moraes

I - RELATÓRIO

O projeto sob análise inclui dispositivos em duas leis em vigor. Em primeiro lugar, altera a Lei 6.316, de 17 de dezembro de 1975, que “cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências”. Ele propõe o desmembramento do item II do art. 5º, mantendo como item a) a redação em vigor e incluindo um item b) que define como competência do Conselho Federal “editar normas de referência, em conjunto com os representantes dos empregadores ou de tomadores dos serviços profissionais, para fixar a proporcionalidade entre o número de atendidos e o de profissionais por área de atuação”.

No que diz respeito ao Conselho Federal de Educação, propõe alterar a lei 9.696, de 1º de setembro de 1998, que “dispõe sobre a

regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física". Inclui parágrafo único no art. 4º da lei, que apenas declara sua criação. Este novo dispositivo atribui ao Conselho Federal de Educação Física a competência de editar normas de referência, em conjunto com os representantes dos empregadores ou de tomadores dos serviços profissionais, no sentido de determinar a proporção ideal entre o número de alunos e o de profissionais de educação física por atividade.

A justificação ressalta a relevância da definição da proporção ideal entre número de atendidos ou de alunos por profissional.

Serão ouvidas em seguida as Comissões de Turismo e Desporto, Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em nossa Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

É evidente a importância da iniciativa, ao determinar que os Conselhos profissionais de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e professores de Educação Física participem ativamente da definição da proporcionalidade ideal entre número de alunos ou pacientes atendidos por estes profissionais. Como bem ressalta o ilustre Autor, com a expansão da prática de atividade física e esportes, é indispensável a supervisão constante de professores de Educação Física. Por sua vez, é igualmente importante o dimensionamento adequado do número de fisioterapeutas não somente para prevenir lesões nos atletas como para recuperar as vítimas dos traumas.

A intenção é proteger e assegurar qualidade aos que frequentam estes espaços, por meio de normas editadas por meio de consenso, evitando que o número de profissionais seja insuficiente para atender à demanda. A forma democrática de construir este regramento é bastante elogiável e benéfica para os usuários.

Diante do incontestável benefício que a iniciativa vai trazer, estabelecendo um parâmetro de qualidade para garantir a segurança das pessoas deste país, não temos como não acatar a proposta.

Desta forma, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.500, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputada JÔ MORAES
Relatora